

PRÁTICA DA JUSTIÇA DIVINA, FERMENTO DE UMA NOVA QUALIDADE HUMANA

1. INTRODUÇÃO

O fato ocorrido na Favela Naval em Diadema, SP, nos dias 3, 5 e 7 de março de 1997, é atual e muito doloroso. Um corajoso cinegrafista flagra, com sua câmara, nove policiais militares aterrorizando transeuntes durante uma batida noturna. Nas imagens que foram ao ar pela TV Globo, podem-se ver policiais descendo o cassete sobre as costas de um trabalhador. A cena seria considerada “normal” se estivéssemos em guerra, mas ela estarece porque nosso país vive a “Democracia Social” e não em estado de guerra. Nesse caso, a polícia, que teria o papel de cuidar da segurança pública dentro dos parâmetros da legalidade constitucional, acaba sendo a primeira instituição a causar insegurança pública. As cenas comovem porque em nosso país, elas acontecem quotidianamente.

O cassete do policial militar Otávio Lourenço Gamba, o Rambo, tem em seu bojo a marca de um país governado por quem se acha no direito de violentar as pessoas, reprimí-las, excluí-las de seus direitos básicos, desde que essas pessoas não sejam mais necessárias para a manutenção do *status quo* vigente. O cassete do Rambo é símbolo da violência social tão visível e devastadora nos dias de hoje. Sob ele se esconde a falsa idéia da segurança pública e as mazelas do nosso país. Ele é o emblema maior das injustiças que sempre ocorreram neste país, desde os idos tempos da “conquista portuguesa”, deixando um saldo vergonhoso de índios assassinados e negros escravizados.

O cassete do Rambo é o símbolo de uma violência maior: as práticas de injustiça no Brasil. Jovens que ao final de seus estudos não encontram emprego, idosos com suas irrisórias aposentado-

rias, famílias habitando pontes e ruas, pequenos agricultores e posseiros sendo obrigados a deixar a terra pela força da lei que garante ao dono de grandes terras possuí-las mais e mais, a violência das prisões punitivo-condenatórias e não recuperadoras de pessoas. A violência do roubo de dinheiro público, as privatizações baratas para garantir o equilíbrio da balança comercial, o controle absurdo da saúde pública por parte de grupos privados de seguro, cobrando preços inconcebíveis na atual realidade econômica do país.

Poderia continuar elencando as várias violências do cassetete usado pelo sistema neoliberal contra as costas do povo. A realidade atual exige de nós o rever posições e atitudes éticas em vista da qualidade humana que estamos desenhando para o futuro de nossa nação, um país cada vez mais afogado em seus problemas sociais e incapaz de reagir frente à força podre do sistema. Tal sistema feriu com bombas de corrupção, exclusão e egoísmo o nosso senso de justiça. No entanto, acreditamos que a justiça é um ideal a ser conquistado a cada dia, construído tijolo por tijolo. A mediação mais indispensável está no nível político. Esta mediação é a mais necessária pois das decisões nascidas dela depende a vida de todos os cidadãos. No entanto, essa mediação tem sido usada para aumentar cada vez mais o abismo existente entre ricos e pobres.

As contradições entre o discurso eleitoreiro dos políticos em favor dos mais fracos e sua prática exclusiva em favor dos ricos causam muita indignação a uma nação que se diz cristã, porém, essa atitude nunca chega a uma real conversão e reação diante de tais contradições. Por isso, é oportuno trazer para nossa discussão o problema da Justiça. Esse tema exige de nós mais que discernimento profético, requer uma profunda conversão à vida. A nossa proposta é pensarmos um pouco o conteúdo da justiça a partir de parâmetros históricos e sociais para depois usarmos o texto bíblico, que servirá como auxílio para nossas reflexões e compromissos pastorais.

2. DIFICULDADES ETIMOLÓGICAS E HISTÓRICAS PARA SE ENTENDER O QUE É JUSTIÇA

2.1. A palavra Justiça

O vocábulo “Justiça” parece fácil de ser explicado, pois ele é levado em conta e aplicado no âmbito do jurídico, do político, do antropológico e do teológico. Mero engano! Quando falamos de justiça envolvemos muitas coisas que se ligam a ela, mas que não conseguem chegar à sua realização absoluta. Em contrapartida, a experiência mostra cada dia práticas que revelam gritantes injustiças. Temos a impressão que a justiça será realizada de forma plena somente num futuro escatológico.

Existem, no entanto, práticas sociais, comunitárias e individuais que ao longo de nossa história, nos colocam no sentido da justiça e ajudam a entender como se pode vivenciá-la no cotidiano. Apesar de pouco, isso nos leva a crer nela. Seria necessário adentrarmos um pouco na história para visualizar o conceito de justiça que podemos formular nos dias de hoje, mesmo se esses dias continuam marcados por práticas hediondas tidas até como justas.

2.2. Os grandes conceitos de Justiça

A reflexão da filosofia grega trouxe para o interior da história humana maior esclarecimento do conceito da justiça. A lei universal de justiça, discutida por vários filósofos e definida por Platão, diz-nos que Deus “*tem em suas mãos o princípio, o meio e o fim de tudo o que existe; e comporta-se retamente, conforme a sua natureza movendo-se por todo o universo. Acompanha-o sempre Dikhé, castigadora de todos os que infringem a lei divina*”.¹ A justiça, personificada na literatura grega em *Dikhé*, teria a missão de vigiar as ações humanas e contá-las a Zeus, o filho de *Kronos*. *Dikhé* é uma das muitas personificações da lei de necessidade. Ela tenta regular as relações humanas em vista da não destruição do cosmos.

Em um determinado tempo histórico, as relações humanas eram caracterizadas pela lei da dominação, onde as pessoas eram escravas da força. Os bons não eram premiados por sua bondade e os maus não obtinham nenhum castigo por seus atos. Assim, com o tempo, surgiu a necessidade de se estabelecerem leis punitivas para que a justiça pudesse reinar, pois as pessoas, uma vez vivendo juntas, eram incapazes de viver sem leis. Os gregos pensam que a justiça não só deve ser uma virtude necessária mas também uma instituição humana. As leis elaboradas a partir dessa premissa são de caráter punitivo para os que quebram as regras da justiça e de caráter meritório para os que obedecem incondicionalmente a ela. Justiça seria viver a vida sem violar qualquer lei do Estado. Assim, a proposta grega para a definição de justiça, dentro do desenvolvimento do projeto helênico, tem como critério básico o merecimento. Para os gregos, a justiça era, explicitamente, o dar ao outro aquilo que ele merecia. Um dos exemplos mais válidos para percebermos essa mentalidade aparece nos jogos esportivos: ao vencedor a coroa de flores e a glória da vitória. As competições eram formas de transmissão da ideologia estatal, marca característica da dominação imperial.²

O surgimento do Império Romano leva a uma reinterpretação do termo justiça. O nível de discussão passa do ético-filosófico para o jurídico. Justiça passa a significar reconhecer um direito do

¹R. MONDOLFO, *O pensamento antigo*, p. 21.

²As competições eram tão importantes para os impérios que na época helênica datas importantes eram registradas de acordo com esta ou aquela Olimpíada. Mais que isso, tomar parte em um jogo olímpico significava a confirmação de cidadão heleno. Cf.: J. A. TOYNBEE, *Helenismo*, pp.18-19.

outro mesmo quando ele deva ser considerado oposto aos próprios interesses. É no império Romano que a justiça ganha status de instituição governamental em substituição de seu caráter de virtude necessária. A justiça passa a integrar o *Corpus Iuris Civilis* romano, precedendo as outras normas do direito. A concepção aceita dessa época inclina-se para a percepção da justiça como *Iustitia est ad alterum*, isto é, a justiça indicada sempre em relação a outro. Desde então, grandes pensadores escreveram sobre o assunto desenvolvendo o conceito. Entre eles destaco Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino para quem a justiça é o comportamento segundo o qual alguém reconhece a quem quer que seja o seu direito, com firme e constante vontade³.

Paralela à interpretação grega e romana do sentido da justiça, encontramos a espiritualidade semita com seu conceito próprio. O termo hebraico é *Sédec*. No Canto de Débora (Jz 5,11), justiça é constituída pelas ações guerreiras de salvação feitas por *Iahweh* em favor de seu povo. Tal exemplo nos mostra que, para o povo de Israel, justiça não está na relação de uma pessoa com uma determinada lei, mas na relação do ser humano com o Deus da Aliança, fiel ao seu povo. Por isso, devemos analisar o conceito semítico de justiça sempre a partir da chave "Aliança". Para ser mais preciso, poderíamos dizer que justiça para os judeus significa ter o pensamento, o sentimento e a ação sintonizados com a vontade divina, e na relação de ajuda e respeito entre os seres humanos. Praticar a justiça, então, não seria reconhecer um direito ou merecimento de qualquer um, mas implicaria necessariamente em reconhecer, para cada ser humano, a condição de ter os bens necessários para viver bem com dignidade e alegria. Esta perspectiva de justiça entra em confronto com o conceito grego quando da tradução Septuaginta, no século III a.C., do termo *Sédec* para o grego *Dikaiosyne*.

Como vimos acima, na mentalidade grega a justiça é um conceito ético-moral e jurídico-civil ligado às instituições do Estado Heleno. Entretanto, o desenrolar das relações entre as culturas helênica e judaica, especialmente na época do judaísmo tardio, leva o termo *Sédec* a um grande empobrecimento de sentido. Na época rabínica, justiça adquire o sentido de "*dar esmolas*", de "*boas obras de misericórdia*". Nesta perspectiva, ser justo é praticar legalmente os preceitos da Lei e receber os méritos de tal prática.

Jesus Cristo, em sua parábola dos trabalhadores da vinha (Mt 20, 1-16), recupera o sentido antigo da justiça hebraica. Naquela parábola, alguns trabalhadores são chamados a trabalhar pela madrugada, outros, pela manhã, outros ainda ao meio-dia e às três da tarde, por último, alguns ao cair da noite. E todos receberam a mesma quantia pelo trabalho. Esta parábola retrata como a justiça divina supera qualquer justiça humana. O significado

³W. PESCH e A. WINKELHOFER, *Justiça*. Em H. FRIES, Dicionário de Teologia, São Paulo, Loyola, 1971, pp. 85-102.

da justiça divina na verdade tem a ver com o dar ao outro o que ele necessita para viver a vida com dignidade. É a partir dessa perspectiva semita e evangélica que devemos buscar a prática da justiça divina em nossa realidade.

Se analisarmos a história ocidental desde a institucionalização da religião cristã, perceberemos que o conceito de justiça de que fazemos uso é fruto de um cristianismo que continua a sustentar-se de suas raízes gregas. Mas, o que isso tem a ver com nosso contexto histórico atual? A pergunta é de fundamental importância pois vivemos um momento decisivo para a vida da humanidade. A crise ética e política na qual estamos inseridos exige uma resposta urgente aos grandes problemas causados pela fragmentação das relações humanas, pela globalização da exclusão e pela centralização cada vez maior dos poderes econômico e político nas mãos de algumas multinacionais, controladas por cerca de 300 famílias no mundo. Essa realidade iníqua pode ser percebida quando perguntamos às pessoas comuns em nossas comunidades o que significa a justiça. Elas têm como pano de fundo de suas respostas os preceitos cristãos, daí a importância de falarmos de suas raízes históricas.

3. O QUE É JUSTIÇA PARA O POVO HOJE?

3.1 Os ignorados do sistema não conseguem definir

Diante do sistema neoliberal, aqueles que são ignorados por ele já não conseguem definir com clareza o sentido de justiça. Durante um curso bíblico, na Comunidade de Nossa Senhora do Campanário, em Diadema, veio à tona o problema: O que é justiça?

As propostas e as definições foram aparecendo dentro da história pessoal. Tereza arriscou um palpite interessante: *“justiça não é tratar todo mundo igual porque todos somos diferentes”*. Dona Zita partiu de seu universo religioso para definir: *“justiça é Deus”*. Uma outra pessoa assegurou: *“justiça é dar ao outro o que ele tem como direito. Por exemplo, um professor que trabalha o mês inteiro para ganhar uma mixaria não faz a experiência de justiça. Ao mesmo tempo que um jogador que trabalha o mês inteiro e ganha um absurdo de grana, isso não é justo. Mas ele não trabalhou para ganhar aquilo?”*

Linete narra um fato de sua vida: *“eu tenho uma experiência que combina com essa pergunta. Há uma semana atrás entrei de férias do meu trabalho. Um dia antes, assinei o documento que comprova que entrei de férias. O problema é que já faziam dois anos que não tirava férias. O patrão deu-me um papel para assinar, onde estava escrito que eu estava entrando em férias*

dez dias antes do dia em que eu realmente estava entrando. A razão é simples. As primeiras férias, às quais eu teria direito, me foram negadas. Quando era meu direito ter as do segundo ano, ele me entregou um documento me obrigando a assinar um papel ainda das primeiras férias. O pior é que não posso falar nada, pois se eu perder esse emprego, onde vou arranjar outro?” Geraldo confirma o depoimento de Linete pois passara pela mesma dificuldade: *“Engraçado! Isso já aconteceu várias vezes comigo, também tive que assinar papéis de primeiras férias quando eu já estava no período de férias do ano seguinte. O que é justiça então meu Deus?”*

A experiência de justiça vivenciada por Tereza foi ainda mais complicada: *“quando eu estava para ser aposentada como professora, eu com outras colegas entramos na justiça para reivindicar melhor remuneração. Como é de praxe dos sindicatos, nós nunca entramos com recurso em um só juiz. É incrível que do mesmo caso possam sair decisões tão opostas. Eu e algumas colegas não ganhamos nossa reivindicação, enquanto outras ganharam. Que justiça é essa do Brasil?”* A experiência de justiça das pessoas de nossas comunidades é, em sua maioria, tão confusa que elas já não conseguem encontrar um conceito de justiça, por mais ingênuo que ele seja. Percebo uma grande insegurança quando as pessoas tentam definir o conceito. A insegurança do Sr. Geraldo é tão grande que ele logo pede: *“Então fala para nós o que é justiça, porque eu acho que não sei”*.

Durante o curso, motivei-os a falar o que já experimentaram de justiça. Como acontece a justiça nas relações de trabalho? E em casa, é diferente? Mas a justiça não é a mesma coisa tanto em casa quanto na fábrica ou na escola? O Sr. Geraldo fala: *“...é, mas a família é ainda o único lugar que a gente pode tentar viver a justiça, na medida do possível. Nas fábricas não há justiça, mas exploração. Você não acha que viver a justiça é algo impossível? Como meu patrão vai viver a justiça se ele só pensa no lucro?”* Pergunto a ele sobre a educação de seus filhos para a justiça, e se ele não acredita na educação que lhes dá. *“Eu acredito, mas é que o mundo anda tão complicado que eu não sei se o que ensino é certo”*.

Para aprofundar a questão, expus ao grupo alguns casos ocorridos nos últimos anos que nos levam a perceber com mais profundidade nossa realidade. Vejamos alguns exemplos:

a) O caso de um dos soldados participantes da chacina da Candelária, no Rio de Janeiro. Seu nome, Nelson Cunha. Em um primeiro julgamento, ele recebeu a condenação de 268 anos de prisão. Já neste julgamento, ele confessara ter participado da matança de oito menores no Rio de Janeiro em 1993. O seu advogado, Maurício Neville, recorreu e, no segundo julgamen-

to, seu cliente fora absolvido por um júri popular. A pergunta intrigante é: como pode um assassino confesso ser num primeiro julgamento condenado e no segundo absolvido?

b) A morte dos 19 Sem-terra, ocorrida no dia 17 de abril de 1996, em Eldorado do Carajás, PA. Até o presente momento, a Justiça não levou a júri sequer um dos 155 soldados envolvidos na chacina, mesmo tendo em mãos provas evidentes em áudio e vídeo e nem menciona os nomes dos mandantes superiores. Mas, demonstrou evidente habilidade para julgar o líder do MST, José Rainha, e condená-lo a 26 anos de prisão, mesmo sem provas evidentes de seu envolvimento na morte de um fazendeiro em Pedro Canário, ES, em outubro de 1989. Aqui entra em xeque a contraditória agilidade do poder judiciário brasileiro.

c) A morte de um índio que dormia numa parada de ônibus, em Brasília. Esse caso encheu de indignação o país. Na madrugada do dia 20 de abril de 1997, cinco horas da manhã, cinco jovens *da socialite brasiliense* cometeram o absurdo ato de queimar prazerosamente o índio Pataxó Hã-Hã-Hãe Galdino Jesus dos Santos que veio a falecer horas depois por causa das queimaduras. Meses depois, ainda se discute por onde deve caminhar o processo criminal enquanto a justiça não sabe se: os rapazes queriam ou não matar o índio? Foi um crime premeditado ou uma lesão corporal seguida de morte?

Poderíamos ainda elencar a chacina de 111 presos na Penitenciária do Carandiru em outubro de 1992, em São Paulo, SP, a morte de 54 hemofílicos, vítimas de intoxicação em fevereiro de 1996 em Caruaru, PE, a morte de 94 idosos na Clínica Santa Genoveva, em junho de 1996 no Rio de Janeiro, RJ, a morte de 34 crianças no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, em outubro de 1996, em Boa Vista, RR. Além desses fatos estarrecedores, outras situações de injustiça entraram em nosso debate como o desemprego, a violência, a falta de moradia, o salário mínimo e as condições das instituições de saúde em nosso país.

3.2. Um povo bombardeado por contradições da Justiça Institucional

Todos os fatos citados pertencem à história de um país que assumiu a “política de eliminação dos imprestáveis” para o sistema. Qual seria pois o cerne do problema? Os sintomas estão diante de nós, tão reais e tão hediondos. Entretanto, um povo que é bombardeado por essas e tantas outras contradições da Justiça não poderia mesmo definir o que é justiça pois o que se vê neste país é uma submissão de todos os bem ao valor do poder econômico. As poucas ocasiões de vivência comunitária de justiça são abafadas por um complexo mecanismo injusto

que não permite a reação das pessoas, suas reivindicações e suas lutas pelos direitos humanos básicos. Tais mecanismos ideológicos são parte do fortíssimo aparato de sustentação do sistema.

Nossa sociedade cartesiana e mecanicista, utilitarista e valorizadora de lucros, educa seus filhos e filhas para uma vida social muito individualista. Crianças são feitas “humanas”, aprendem e apreendem as formas de “*se darem bem na vida*”, enganando, comprando, corrompendo o outro. Podemos assim imaginar como nossa sociedade, fundamentando seu relacionamento nas máximas da eficiência e do lucro, vai partilhar em suas instituições sociais, sua língua, economia e política, suas crenças, seus direitos e deveres. A orientação capitalista é clara em seus parâmetros ideológicos. Seu universo de valores, quando concretizado nas relações entre pessoas, transforma-se em um amontoado de atitudes que colocam em risco a realização humana e o próprio sentido de existir do cosmo.

3.3. A sociedade pós-moderna pertence à era do Neoliberalismo

A sociedade pós-moderna pertence a um contexto neoliberal de desenvolvimento, que valoriza o lucro pela exploração, o consumo desenfreado e o prazer de viver sem compromisso com o outro. As injustiças sociais, a violenta exploração do ser humano, a discriminação racial e sexual, a hierarquia de classes, o individualismo, o espírito materialista ateu — pregando a razão como solução para os problemas do mundo — e a natureza doente são formas mantenedoras do sistema. Esses fatos são absolutamente negativos para um sistema que define-se a si como “o justo solucionador dos problemas sociais da modernidade”.

Na verdade, os ideólogos deste sistema pregam a necessidade de sacrifício por parte da população de baixa renda para manter planos que visam a maior eficiência e produtividade. O “boom” do progresso justifica os esforços na manutenção do sistema, mesmo à custa de injustiças. Hoje, não há necessidade de muitas pessoas trabalhando num determinado departamento de uma montadora, por exemplo, porque a robotização das fábricas diminui os custos com empregados e aumenta a margem de lucro, pois os robôs são na verdade máquinas produtoras de máquinas. Todo esse esforço tem como suporte o culto à nova idolatria do mercado, que brota uma espiritualidade fortalecedora do desejo de consumo.

O modelo neoliberal de desenvolvimento cria e recria novas formas de relação humana, novas expressões culturais e religiosas. É um modelo arrogante que sugere formas elaboradas e atraentes de se viver a vida, mas que condiciona a sociedade como um todo para que ela se preocupe exclusivamente com determi-

nados valores essenciais para a progressiva modernização da humanidade. Ele não explora cobrando tributos, como nos tempos da sociedade helênica que criou a escravidão como forma de manutenção do sistema, mas usa eficientes mecanismos ideológicos para incutir nas pessoas a necessidade de trabalhar e produzir lucros. Os pobres, neste caso, não possuem outra alternativa de vida, a não ser trabalhar e trabalhar.

Neste quadro, a vida dos pobres diminui de sentido pois são levados a produzir lucros para seus patrões que não pagam justamente por isso. Para estes espoliados, a vida perde o sentido existencial e sua espiritualidade. A moral, possível meio regulador das relações sociais, desaparece e todo o individualismo com seu jogo de interesses é permitido, inclusive à custa de injustiças. Por isso, no meio de muitos pobres a moral é tão sem valor que matar ou morrer não tem mais importância!

3.4. O sistema econômico neoliberal

A economia neoliberal é um sistema alimentador do individualismo e do anonimato. As máximas *"cada um por si"* e *"querer é poder"* são sua ideologia. Muitos, seguindo estas máximas sofisticadas, já aderiram ao novo deus do mercado. Milhares de ricos e até pobres assumem a condição de enganadores e opressores, tornam-se ímpios. Os primeiros, para não perderem o poder, o ter e o prazer; os outros por questões de sobrevivência. Essa adesão tem certo sentido quando partimos da premissa de que dentro do sistema neoliberal tudo é mercadoria, inclusive a própria cidadania. Uma pessoa é cidadã quando pode comprar seus direitos, seus bens, sua felicidade. Sem poder comprar essa cidadania, os pobres acabam sendo excluídos da sociedade consumista.

Seria possível aos pobres uma luta de resistência em meio a esse profundo clima de impotência diante da vida? Com que apoio poderão os pobres reivindicar seus direitos dentro de um sistema que os vê como "um nada"? O sistema neoliberal é o único capaz de gerar justiça? Por que, então, ele exclui uns de tudo e garante a inclusão plena de poucos? Como podemos trabalhar novas formas de relações humanas onde a justiça social e os direitos humanos sejam respeitados?

3.5. Como nós cristãos podemos aceitar práticas de injustiça...?

Sobretudo a nós cristãos os fatos interrogam: como podemos aceitar práticas de injustiça gritante sem reagirmos? Será o nosso conceito de justiça mero intelectualismo ou será que já aderimos, ou fomos engolidos pelas máximas do sistema neoliberal, vivendo uma descarada ausência de compromisso para

com os mais necessitados? Nas sociedades modernas as múltiplas relações entre as pessoas são colocadas em xeque pois a distância física de um metro entre duas pessoas se alarga em tamanho incalculável quando transportada para o nível das relações entre os seres. Cidades superpovoadas são um mar de pedras que não se ajustam. O medo e a insegurança provocam solidão e isolamento. Esse fato exige de nós cristãos um compromisso ainda maior com a justiça divina.

Eu acredito que devemos refletir nas comunidades o sentido da justiça para que as pessoas possam perceber que as relações sociais violentas, a exploração econômica da classe pobre, o desrespeito à natureza, o preconceito racial e de gênero acontecem porque a humanidade desviou-se do Projeto de Deus, tão harmonioso e protetor da vida humana. Para esclarecer essa visão da justiça divina ajudaria a reflexão sobre o texto do livro bíblico da Sabedoria 1,1-15.

4. UM TEXTO SAPIENCIAL QUE PODE AJUDAR NA REFLEXÃO SOBRE A JUSTIÇA

O livro da Sabedoria nos evoca uma reflexão profunda e atual. Os estudiosos da literatura sapiencial redescobriram o significado da sabedoria antiga tão ligada à sensibilidade da pessoa moderna e isto nos leva a tomá-la como base em nossa reflexão teológica. A Sabedoria discute temas que são fundamentais à vida humana em um mundo fragmentado, cheio de ambigüidades, vazio de felicidade e, principalmente, governado por injustiça e violência. A proposta do Livro da Sabedoria é a justiça em meio ao turbilhão cultural e escravagista em Alexandria. O autor escreve com o intuito de apontar novos rumos à comunidade judaica no Egito, fascinada frente ao rápido progresso grego. Ele reclama da aceitação e do fascínio dos judeus diante da cultura helênica, e diz que todo aquele progresso é uma ameaça à fé, à vida e à identidade judaica uma vez que os valores desse progresso não consideram a identidade do ser humano.

Todo o livro da Sabedoria é um apelo à resistência judaica contra o helenismo. O tema central de Sb 1,1-15 é a justiça. Parte dos judeus na diáspora estava passando por um período de dificuldades econômicas. Muitos, porém, estavam perdendo sua identidade de judeu, sua espiritualidade javista e assumindo a identidade e os deuses do dominador grego. Considerando os fatores históricos e as problemáticas textuais do livro da Sabedoria, podemos chegar a conclusão de que a reflexão bíblica deste livro sapiencial pode ajudar as comunidades de hoje no que diz respeito ao sentido da justiça.

4.1. Vários fatos importantes no período de helenização

Em síntese, podemos dizer que no período de helenização do mundo por Alexandre Magno, iniciado em 336 a.C. ocorreram vários fatos importantes cujas conseqüências continuamos a colher até nossos dias. Ele usou a Pólis, cidades-estados, na implantação de seu projeto. Seu caráter originário como instrumento de utilidade pública se inverteu tornando-se um meio de imposição do modelo de vida helênica e a expressão envolvente do helenismo. Qualquer pessoa, grega ou estrangeira, que assumisse a ideologia e os modos de viver impostos passava a se chamar grego. Assim, o helenismo torna-se uma forma de vida e não apenas o identificado dos habitantes de um determinado país. Seu conteúdo primeiro não era lingüístico ou geográfico, mas filosófico. O helenismo abriu caminho para o desenvolvimento progressivo em muitas áreas das ciências como a medicina, o direito, a arquitetura, a construção de ginásios, teatros e palácios. Sob tais elementos de desenvolvimento, o helenismo foi levado para diversas partes do mundo tornando-as quintais de uma única "Casa Grande". Poderíamos chamar esse fenômeno sistemático de globalização.

Os "*homens livres*" moravam nas Pólis. Eles se relacionavam economicamente dentro da lei do mercado livre onde as exigências de maior produção eram fator lógico. O latifúndio escravagista logo tomou corpo e o sistema passou a exigir escravos não mais para os serviços domésticos mas como fonte produtora de riquezas. Assim, eles deixavam de ser despesa orçamentária para seus proprietários e passavam a ser fonte de rendas. A fórmula indutiva usada para motivá-los a produzir era permitir-lhes pagar, mesmo em prestação, sua própria liberdade. A filosofia dualista de repressão ao corpo ajudou a manter a instituição das cidades-estados a partir do universo escravagista helênico. As guerras diminuiram, mas o domínio da elite imperial, que encontrara na cultura helênica a filosofia ideal para consolidar seu sistema, cria o escravo.

O livro da Sabedoria é escrito dentro deste contexto para motivar a resistência a um sistema dominador escravagista. O autor aponta algumas pistas para superar o desânimo, abatimento e a ausência de compromisso, a falta de identidade, a espiritualidade e outros. Ele oferece pistas que podem nos ajudar em nossa reflexão e julgamento da realidade atual. Para ele, o projeto de resistência significa a luta pela justiça. Afinal, ela é imortal (Sb 1,15). Essa justiça, no entanto, não é qualquer justiça humana, mas a divina. A justiça divina não passa pelo senso da competição ou discriminação, ela acontece quando todos se relacionam e se respeitam como seres humanos, cada um vivendo e ajudando o outro a viver com dignidade e honestidade.

A competição entre pessoas, grupos de interesses, entre comunidades é um forte sinal da presença do mal no interior das relações humanas. Deus abomina a competição e não tem prazer na morte dos viventes. Deus “chora” a morte dos seus, pois, Ele habita na vida do justo. Por isso, a peleja do autor com os pensadores gregos e juizes gregos deve ser vista a partir do critério da justiça que o autor tem em mente. Ele, conhecendo a história do império helênico, sabe que a ganância e a ambição não têm limites. O autor em seu texto ensina ainda que tudo é bom. Mas, se as relações sociais estão violentas, se há exploração é porque a humanidade recusou o Projeto de Deus e será julgada e condenada pelos seus crimes. Neste ponto, pensa-se usar o texto sapiencial como fundamento para reencontrar o senso de justiça humana nascida da Sabedoria em Deus.

A leitura sapiencial poderá servir como fundamento para reanimar a espiritualidade popular e, com isso, a busca da justiça pois os pobres de hoje, tal qual os judeus da diáspora e da Palestina naquele período helênico, são as vítimas de um sistema injusto organizado. A prática da justiça como valor sapiencial passa a ser, então, um grande trunfo dos pequenos para recriar o sentido verdadeiro da vida, a prática da justiça divina. Ela quebra a corrente que leva tantos ao pecado da idolatria e da injustiça produzido pela ânsia de lucrar.

4.2. Redescobrimo o sentido da justiça

Ao usarmos o texto de Sb 1, 1-15 em encontros bíblicos, a reflexão pode ajudar a comunidade no aprofundamento analítico. As pessoas descobrem que, em princípio, não há o que fazer diante do sistema opressor. Mas, à medida em que acontecem as discussões com o texto e olhando a realidade, o grupo vai reanimar-se para a luta em prol da justiça, chegando à conclusão que a recompensa do justo é a imortalidade. O ser humano é carne e alma, é vida. A vivência da justiça acontece no concreto da vida expressa em nossas atitudes, na nossa relação econômica, na nossa sexualidade, na nossa afetividade, no “ser igual!” Neste sentido, o corpo não é só uma parte do ser humano que acaba com a morte. No corpo se expressa como está a qualidade de vida do ser humano. O corpo não é um amontoado de ossos, músculos, veias e carne, mas parte integrante essencial da vida. Por isso, temos que recuperar a dimensão sagrada do ser humano, voltar ao momento mais belo de nossa existência que é o da concepção de nossa espécie. Se assim fizermos, estaremos resgatando o corpo a partir do senso da justiça. Resgatá-lo é acreditar que somos imortais. Sim, porque a justiça também é imortal.

4.3. Ser justo é resistir

Ser justo é resistir às forças opressoras que querem ver massas de pobres excluídas no altar sacrificial. Resistir é lutar para que todas as pessoas tenham acesso aos bens necessários para viver com dignidade. Uma das mais importantes conclusões de um dos encontros bíblicos em que tomei parte foi: *“se uma pessoa ganha mais que o necessário para viver, pode ser bom. Mas é sinal de injustiça. Se uma outra pessoa ganha menos do que o necessário para viver dignamente, também é sinal de injustiça”*. Na prática, essa expressão é um axioma que desemboca no compromisso com a justiça. Essa descoberta pode servir de ânimo e força contra a impotência e a confusão nas relações humanas impostas pelo sistema.

4.4. Para além da simples prática dos Direitos Humanos

Podemos resumir o texto sapiencial numa só palavra: RESISTIR! Em minha atividade pastoral sinto um povo desanimado, cansado de lutar pela vida, enfraquecido em sua utopia da vida em plenitude, e isso tem causado em mim uma certa perplexidade perante o projeto de Deus. Mas, a leitura sapiencial conduziu-me até o problema: vivemos numa época dominada pelo ídolo do mercado, e só a prática da justiça poderá converter essa situação em relações de respeito, gratuidade e vivência com dignidade humana. Temos a certeza de que o sistema neoliberal não é capaz de gerar justiça, pois ele exclui milhares de muitos de tudo e garante a inclusão plena de uns poucos de outros.

Nossa prática, por isso, deve nos levar para além da simples defesa dos direitos humanos, pois urge que façamos nascer uma nova qualidade humana, novos valores éticos baseados em paradigmas de altruísmo, na compreensão harmônica entre todos os participantes do cosmos, no respeito à dignidade de todos. É imprescindível e urgente a reconstrução do tecido social a partir do senso comunitário. Tecido esse rasgado pelas mais diversas formas de violência econômica e do individualismo ético, que transformam o outro numa propriedade privada com fins lucrativos, destroem sistematicamente a natureza e motivam o consumo exacerbado de uma minoria privilegiada. Neste sentido, a cidadania deixa de ser um direito de todos para ser apenas objeto de usufruto de quem tem uma excelente rentabilidade financeira.

4.5. Resistir é preciso

Devemos resistir às ideologias do mercado e do consumo, das grandes empresas multinacionais, marretas que arrebentam na-

ções e culturas de vida, destroem a memória popular, e impõem a única nação baseada na cultura do consumo, resistir à máxima positivista *"cada um por si e Deus por todos"*, criando situações de relação comunitária e de ajuda mútua para quebrar o anonimato surgido deste sistema. Resistir à corrupção e à opressão, denunciando aqueles que praticam tais atos criminosos (Sb 1,9). Resistir lutando em sindicatos contra os baixos salários e o desemprego. Resistir gritando — profetizando — pois o sistema faz mais que excluir os "descartáveis" de sua sociedade, ele simplesmente ignora sua existência. Resistir à expulsão e assassinato de lavradores no campo, apoiando movimentos reivindicatórios de reforma agrária. Resistir à morte de crianças inocentes nas ruas do país e do continente, apoiando os movimentos que com elas trabalham. Resistir ao machismo, assumindo e apoiando a luta de emancipação das mulheres, aliás, o mundo governado a partir do masculino com seus valores materiais, com seu domínio sobre a natureza, com seu caráter de competitividade não garantiu a homens e mulheres a qualidade de vida que se esperava, mas deixou um jugo inaceitável sobre as mulheres. Esse jugo, imposto não poucas vezes por religiões patriarcais, deve ser retirado. Essa tomada de consciência tem tudo a ver com o sentido de justiça.

Resistir diante da poluição do ar, dos rios e do mar, denunciando indústrias poluentes, conscientizando a todos sobre o valor da natureza. Resistir contra a Poluição Social, a fome e a violência, promovendo relações de paz e ajuda humanitária, mas também exigindo compromisso político dos governantes em favor dos ignorados do sistema. Muitos políticos tentam acabar com a poluição social retirando mendigos das ruas e empurrando-os para a periferia, valorizando bairros estratégicos para que somente pessoas com grande poder aquisitivo possam morar. Resistir criando mecanismos de resgate do corpo e fazendo-o sair de seu estado de impotência para uma dinâmica de festa e vida, pois no corpo acontecem as relações humanas. Fazendo isso, estaremos quebrando o senso de individualismo, resgatando o senso comunitário, pois a vida em comunidade permite a reflexão crítica do social, julgamento deste, ação e reação para melhorar a vida de todos.

5. CONCLUSÕES

É a justiça um bem de consumo? Poderíamos imaginar alguém chegando a um supermercado e comprando dois quilos de justiça? Ou ir a um Shopping Center e ver nas vitrines um modelo atual de justiça? O que diríamos de uma propaganda na TV: justiça, uma paixão nacional? Nos nossos dias, o acesso aos bens de consumo é feito a partir da posse monetária, os objetos comprados, tal qual o dinheiro, são bens que se acabam, perdem

seus valores, envelhecem, desgastam e, ao final, são descartados. Justiça não é um valor mercadológico, não é um bem que se pode comprar, não tem preço. Por isso, o mercado ainda não conseguiu transformá-la em bem de consumo. Ao contrário, o valor justiça é um perigo constante para as relações do mercado visto que numa relação de justiça não é possível a existência da competição, da exploração, do poder centralizado, da terra cercada, da violência estrutural, do descarte de pessoas e culturas. Se o valor justiça é um perigo para o mercado e seu projeto neoliberal, então, nós, os defensores da vida humana, devemos assumi-lo como um valor profundo de resistência e transformação humana. O neoliberalismo é uma construção humana, e, por isso, passível de implosão. Tal construção não tem conseguido colocar numa redoma as culturas populares. Há frestas, e muitas! Cabe aos defensores da vida fermentar nestas frestas a resistência e a utopia em favor da vida plena de dignidade para todos. O nosso trabalho deve ser resistência à lama da miséria e do empobrecimento, onde milhares de seres humanos não têm outro alento senão a própria morte como libertação do drama da fome e do suplício cotidiano nos altares do mercado.

O trabalho pastoral dos defensores da vida deve visar o bem comum da humanidade que perdeu seu sentido existencial a partir do desrespeito à vida dos outros, especialmente dos mais frágeis. A cruz dos ignorados do sistema é grande demais. Neste vale de lágrimas — a terra como lugar de sacrifício — devemos ser sinais de esperança. Uma pessoa, num encontro bíblico, afirmou categoricamente que “Deus dará um jeito no mundo”. Essa expressão não significa, em hipótese alguma, que essa pessoa esteja na redoma isolante sem possibilidade de reação mas que “Deus não vai deixar a gente na mão”, completa ela. Isto é, Deus é maior que a redoma das frustrações impostas pelo sistema econômico vigente. Essa pessoa está a um passo de recriar toda a sua concepção de vida a partir da justiça divina, pois essa não aceitação do que está diante de nós, exige que tomemos atitudes diferentes e assumamos novos valores, nova qualidade humana, novos hábitos que não os marcados pelo sistema *egoconsumista*. Deus, para essa pessoa, é a força que a impulsiona a lutar pela vida. Deus é o impulso para a prática da justiça, fermento de uma nova qualidade humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CNBB, *Justiça e paz: texto-base/CF-1996*. São Paulo, Salesiana Dom Bosco, 1996.
- FRIES, Henri (org.), *Dicionário de teologia*. Vol. III, São Paulo, Loyola, 1970.

- ESTUDOS Bíblicos* n.º 14. Petrópolis, Vozes, 1987.
- ESTUDOS Bíblicos* n.º 48. Petrópolis, Vozes/Sinodal, 1996.
- GIRARD, Renê, *A violência e o sagrado*. São Paulo, Unesp/Paz e Terra, 1990.
- MARINETTI, Fausto, *El holocausto de los empobrecidos*. Verbo Divino, 1988.
- MONDOLFO, Rodolfo, *O pensamento antigo - I*. 4ª ed. São Paulo, Mestre Jou, 1971.
- SELTZER, Robert M., *Povo judeu, pensamento judaico I*. Rio de Janeiro, Koogan, 1990 (Judaica).
- SUNG, Jung Mo, *A idolatria do capital e a morte dos pobres*. 2ª ed. São Paulo, Paulinas, 1990.
- TOYNBEE, Arnold J., *Helenismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- VILCHEZ LINDEZ, J., *Sabedoria*. São Paulo, Paulus, 1995 (Grande Comentário Bíblico).

Itamar Rodrigues Paulino
4º ano A